

Galtiênio da Cruz Paulino

A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Uma Análise à Luz da Efetividade
dos Direitos Penal e Processual Penal

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Galtieni da Cruz Paulino

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1123664

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P328e

Paulino, Galtieni da Cruz.

Execução provisória da pena e o princípio da presunção de
inocência : uma análise à luz da efetividade dos Direitos Penal
e Processual Penal / Galtieni da Cruz Paulino. – Rio de Janeiro
: Lumen Juris, 2018.

200 p. ; 21x cm.

Bibliografia : p. 167-185.

ISBN 978-85-519-0620-0

1. Direito penal. 2. Processo penal. 3. Execução penal.
4. Presunção de inocência. I. Título.

CDD 345.0773

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Execução Provisória da Pena e	
Princípio da Presunção de Inocência	5
1.1 Análise Sob a Perspectiva do Direito Interno	5
1.1.1 Previsão normativa	5
1.1.2 Evolução da Jurisprudência	8
1.1.3 O Princípio da Presunção de Inocência	11
1.1.3.1 Presunção de inocência como direito fundamental....	11
1.1.3.2 Conteúdo do princípio	15
1.1.3.3 Interpretação constitucional e a compatibilização com os demais direitos fundamentais	18
1.2 Princípio da Presunção de Inocência na Ordem Internacional.....	42
1.2.1 Proteção internacional dos direitos humanos e mandados de criminalização	43
1.2.2 Conteúdo e fins dos mandados de criminalização.....	50
1.2.3 Os mandados de criminalização, o princípio da presunção de inocência e a execução provisória da pena no Brasil.....	55
Capítulo 2 – A Execução Provisória da Pena e o	
Princípio da Presunção de Inocência na Seara do Direito Comparado – A Ordem Jurídica Portuguesa	59

2.1	Análise no Âmbito do Direito Português.....	59
2.2	Campo de Incidência do Princípio da Presunção de Inocência.....	63
2.3	Reflexos do Princípio da Presunção de Inocência na Execução da Pena	67
Capítulo 3 – A Execução Provisória da Pena e o Garantismo Penal.....		
	Pena e o Garantismo Penal.....	73
3.1	Da Concepção Individualista do Garantismo	74
3.2	Garantismo Penal e Estado Social e Democrático de Direito.....	77
3.3	Garantismo Penal e Defesa Integral dos Direitos Fundamentais	83
3.3.1	Visão formal dos direitos fundamentais de Ferrajoli e sua concepção sobre democracia.....	83
3.3.2	Garantismo: acepções, axiomas e a visão integral.....	88
3.3.3	A execução provisória da pena à luz do garantismo penal integral.....	96
Capítulo 4 – Análises Comportamental e Econômica da Execução Provisória da Pena.....		
	Econômica da Execução Provisória da Pena.....	107
4.1	Análise Comportamental e Execução Provisória da Pena	108
4.1.1	Considerações gerais sobre a análise comportamental.....	108
4.1.2	Possíveis consequências comportamentais resultantes do novo posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a execução da pena.....	117
4.2	Análise Econômica e a Execução Provisória da Pena ...	122

4.2.1 Considerações gerais sobre a Análise Econômica do Direito	122
4.2.2 Análise econômica do crime	128
4.2.3 Análise econômica da execução provisória da pena no Brasil e a celeridade judicial	132
Capítulo 5 – A Execução Provisória da Pena e a Efetividade dos Direitos Penal e Processual Penal	147
5.1 Fins da Pena	147
5.2 Perspectiva Processual do Tema	154
5.3 Riscos de Ineficácia do Direito Penal: Recursos, Prescrição, Seletividade da Incidência Criminal e Sentimento Popular de Justiça.....	156
Conclusão	165
Referências	167